

UM OLHAR AO ESTUDANTE COM SURDEZ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE

A LOOK AT THE STUDENT WITH AMAZING FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO NORTE: ANALYSIS ON INFORMATION ACCESSIBILITY IN THE ZILA MAMEDE CENTRAL LIBRARY

Michele Rodrigues Dias ¹

michele-1011@hotmail.com

Gabriela Bon ²

gabibon@gmail.com

Resumo: Este estudo trata do atendimento ao aluno com surdez em bibliotecas universitárias, em especial, na Biblioteca Central Zila Mamede, integrante do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande Norte. Aborda também a legislação vigente acerca do Acesso à informação e da Acessibilidade Universal nestes ambientes, bem como, apresenta a Política de Inclusão e Acessibilidade para os estudantes com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande Norte. Discorre sobre as políticas e diretrizes criadas e disponibilizadas para que as bibliotecas se adequem em prol da inclusão informacional dos usuários com surdez nos ambientes biblioteconômicos. Utiliza como metodologia, pesquisa de caráter exploratório. Como instrumento de coleta de informações foi aplicada técnica de observação e entrevistas com docentes do curso de Letras/LIBRAS e bibliotecários da Biblioteca Central Zila Mamede. Em decorrência, é explicitado como é realizado o atendimento para este público no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede. Sugere recomendações, se adotadas, podem oferecer ao aluno com surdez acesso aos serviços das bibliotecas de forma

¹ Especialização em andamento em LIBRAS - UFRN; Especialista em Gestão Documental - UFRN; Graduada em Biblioteconomia - UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0834125840536553>

² Doutora em Educação - UFRGS; Mestra em Educação - UFRGS; Especialização em Museologia Patrimônio Cultural - UFRGS; Graduação em Artes Plásticas - UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1990500214696545>

igualitária, derrubando as barreiras informacionais e comunicacionais existentes, e por fim, prioriza a criação de coleções acessíveis para este público.

Palavras- chave: Acessibilidade. Surdez. Desenvolvimento de coleções. Acervo acessível. Biblioteca Universitária.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as pessoas com deficiência sempre foram rotuladas em consequência de conceitos errôneos e representações construídas por sua condição, carregando com isso um estigma da deficiência e da incapacidade. De acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010)³, 23,9% da população brasileira, em torno de 46 milhões de pessoas possui pelo menos uma deficiência. Deste total, uma grande parcela é excluída do acesso à informação, apesar dos avanços legislativos em nosso país nas últimas décadas.

Dentre as deficiências existentes, enfatiza-se neste artigo a deficiência auditiva, apresentando a necessidade da aplicabilidade das políticas públicas a partir da evolução da legislação brasileira. Cabe ressaltar, que estas leis foram criadas a fim de garantir o acesso da pessoa surda à informação em todos os níveis sociais, dentre os quais, se incluem os acervos biblioteconômicos. Além disso, este acesso só pode ser assegurado através de um processo de gestão da informação nas bibliotecas e da formação e desenvolvimento de coleções adequadas a este público específico dado a complexidade de sua cultura própria. Some-se a isso, a relevância das bibliotecas como elemento essencial para o desenvolvimento da cidadania de forma incontestável.

Apesar de o termo '*Acessibilidade*' ser um tema abordado em diversas áreas do conhecimento e em fontes teóricas, nota-se que no âmbito das bibliotecas, o trabalho com a pessoa com deficiência auditiva ainda é bastante insipiente. Somado

³ Documento não paginado.

a isso, percebe-se a crescente demanda de pessoas com surdez no ensino superior. Apontou o Ministério da Educação (MEC)⁴ que entre 2000 e 2010, a quantidade de matrículas em ensino superior aumentou 933,6%. Por estes motivos, o enfoque deste artigo será o atendimento da pessoa com surdez em bibliotecas universitárias, em especial na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), integrante do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Além disso, esta pesquisa pretende verificar em que medida a Política de Acessibilidade do SISBI atende às necessidades informacionais dos estudantes surdos, identificando também, quais parâmetros são adotados pela BCZM na acessibilidade à informação para este público, bem como, identificar quais as barreiras que impedem o acesso destes estudantes ao Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (LA).

O papel das bibliotecas em nossa sociedade é bastante claro: garantir o acesso à informação para toda a sua comunidade, conseqüentemente, o bibliotecário assume a postura de intermediário entre a informação e o usuário e, para isso, precisa estar habilitado a comunicar-se com ele. Da mesma maneira, quando o bibliotecário atende um usuário com surdez, deve estar minimamente habilitado a comunicar-se através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é a língua usada pela comunidade surda.

Em consequência disso, a pesquisa se justifica também, quanto ao currículo do curso de graduação em Biblioteconomia da UFRN, que não oferece disciplina obrigatória que desperte nos futuros profissionais a sensibilização para a prestação de serviço às pessoas com deficiência. Existe a disciplina LIBRAS como optativa, com a carga horária de 60h, tendo sido inserida na matriz curricular do curso no período letivo 2011.1. Sendo que, nesta categoria não é possível adquirir todo conhecimento necessário para este atendimento específico, tendo que ser complementada com cursos básicos e/ou especializações na área.

4

<https://digitaispuccampinas.wordpress.com/2012/10/06/numero-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-superior-aumentou-9336-aponta-mec/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Além disso, foi identificada uma pequena quantidade de publicações na área da ciência da informação, sobre acessibilidade à informação nas bibliotecas para este público específico.

2 METODOLOGIA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados abordados no trabalho foram obtidos a partir de pesquisa de caráter exploratório que, segundo Gil, tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipótese pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). E, para a obtenção de uma análise mais profunda do assunto a ser estudado foi utilizado o método quanti-qualitativo, utilizando como técnica de pesquisa a coleta de dados e, como procedimentos para essa coleta, foram aplicadas 02 entrevistas com docentes do curso de Letras/LIBRAS e com 02 bibliotecários do LA, bem como, técnica de observação no atendimento fornecido pela BCZM.

Depois de obtidos os dados, o passo seguinte foi a análise e discussão das questões referentes à pessoa surda e seus avanços legais, bem como a *Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais* na UFRN e a necessidade de uma Gestão de Coleção Acessível ao Estudante com Surdez no SISBI da UFRN.

3 ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quando uma instituição possui o intuito de promover um local onde todas as pessoas fazem parte, no qual é permitido o acesso de toda e qualquer pessoa, tenha ela alguma necessidade específica ou não, devemos colocar em prática os conceitos de Acessibilidade Universal, que segundo Gelpi, KaliL e Becker:

Pode ser entendida como o direito de ir e vir de todos os cidadãos, inclusive daquelas pessoas com deficiências permanentes ou ocasionais. Isto incluía



todos, em todos os momentos e períodos de sua vida, quer sejam usuários de cadeiras de rodas, pessoas com deficiências visuais ou auditivas, gestantes, obesos, idosos ou ainda, as crianças. Os espaços devem permitir o trânsito e acesso a todos os espaços da cidade, prédios públicos, institucionais, usar transporte, equipamentos públicos e mobiliários urbanos, como telefones, sanitários, rede bancária, cabinas, assentos, bebedouros, etc. O importante e prioritário, está na abordagem da arquitetura, do urbanismo e da mobilidade urbana através do desenho universal, acessível, criando uma cidade ao alcance de todos os cidadãos com mobilidade reduzida ou não, democratizando todos os espaços, entendendo o desenho universal como a capacidade de comunicar e integrar a todos. (GELPI; KALIL; BECKER, 2015, p. 5).

Com isso, promovesse também, a valorização da dignidade humana, que segundo Moraes é “Um valor espiritual e moral inerente da pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas” (MORAES, 2005, p. 41).

Em 1988, surge a primeira lei que trata sobre o assunto na Constituição Federal Brasileira, a qual estabelece um título próprio aos Princípios Fundamentais da Dignidade Humana. Em seu artigo 1º, inciso I ao V, ela nos traz como fundamentos:

A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político [...] E, como objetivos fundamentais, se constitui em “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)⁵.

Com isso, a lei deixa clara a importância de se respeitar, acima de qualquer coisa o outro, independente de suas manifestações culturais e sociais, sendo primordial a não exclusão. Sabe-se que não é uma tarefa fácil, mas este marco legal está avançando, ajudando na criação de políticas públicas mais ajustadas com os Direitos Humanos e com a Acessibilidade.

Nesta mesma perspectiva e com o intuito de promover a Acessibilidade e de reduzir as desigualdades sociais (um dos princípios defendidos por nossa

⁵ Documento não paginado.



Constituição), a gestão da informação é vista como uma ferramenta essencial no desenvolvimento das organizações, do ponto de vista de Miranda e Streit (2007, p. 4) “As organizações processam e gerem informações para diminuir a ambiguidade e a incerteza provindas do ambiente em que atuam, e/ou para elaborar produtos e serviços de informação”. Ou seja, a gestão da informação vem dar suporte ao trabalho de organizar a informação, de maneira que os serviços e produtos possam ser úteis aos seus clientes, sem distinção.

Desde 1988, após amplos debates nacionais e internacionais sobre o tema, a legislação brasileira foi sendo aprimorada e complementada com novas leis. Dentre estes avanços, podemos citar a introdução do conceito de acessibilidade à informação e à comunicação presente na Lei 13.146/15, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que conceitua acessibilidade como sendo:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, grifo nosso)⁶.

Vale salientar que em outros artigos específicos, esta lei reafirma um conjunto de direitos das pessoas com deficiência, mas também define, de forma mais clara, sanções relativas ao seu não cumprimento. Com isso, esta lei desde a sua promulgação em 2015, vem influenciando e alavancando a criação de outras políticas, programas e projetos voltados para a temática do acesso à informação.

É importante ressaltar que a informação deve estar acessível a toda e qualquer pessoa, sem distinção. Podemos evidenciar tal afirmação, de acordo com o manifesto da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998)⁷ onde as instituições internacionais e as

⁶ Documento não paginado.

⁷ Documento não paginado.



autoridades nacionais devem encontrar meio para evitar efeitos possíveis de exclusão nas áreas de acesso à informação e ao conhecimento, de difusão de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) e de desenvolvimento do plurilinguismo na internet.

Serão abordadas em seguida, peculiaridades sobre uma deficiência específica, a surdez, onde serão apresentados alguns conceitos de estudiosos da área, bem como, avanços na legislação acerca desse público.

3.1 A Pessoa Surda e seus Avanços Legais

Para as pessoas surdas, o aspecto cultural é que define sua necessidade especial, até porque, possuem sua própria língua e forma de se comunicar, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a qual envolve muito mais do que a simples tradução da Língua Portuguesa sob forma de sinais, o que para a sociedade é difícil de entender, uma vez que alguns ainda veem a surdez exclusivamente como um fenômeno físico, conforme afirma Gesser (2008, p. 230) que “infelizmente, os surdos têm sido narrados e definidos exclusivamente a partir da realidade física da falta de audição e, portanto, aos olhos da sociedade majoritária ouvinte tem sido vistos exclusivamente a partir desse fato”.

É importante abordar o marco principal de avanço da comunidade surda, que de fato oficializou a Língua Brasileira de Sinais como meio legítimo de comunicação da pessoa com surdez, que foi a criação da Lei [nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), a qual ficou conhecida na comunidade surda como a “Lei de LIBRAS”. Os artigos 1º e 2º desta Lei, respectivamente, tratam:

Artigo 1º - é reconhecido como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Artigo 2º - garante, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua

Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002)⁸.

Portanto, somente a partir desta data foi possível realizar, em âmbito nacional, discussões relacionadas às necessidades das pessoas surdas, deixando claro para as pessoas que a LIBRAS é uma língua formada por sinais, com significados específicos, possuidora de uma composição gramatical própria, podendo expressar conceitos dentro da realidade em que o surdo está inserido. Strobel, afirma que:

Ela [LIBRAS] é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo por ser uma das peculiaridades da cultura surda. É uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2008, p. 42-43).

É notória a importância da LIBRAS na vida das pessoas surdas, sendo usada como um meio de garantia deste grupo minorizado na socialização e interação na sociedade. Abordasse o conceito de surdez, uma vez que já foi discorrido sobre a legislação que configura a LIBRAS como língua reconhecida no Brasil. Sá, ao definir o termo surdo, diz que:

[...] é o termo com o qual as pessoas que não ouvem referem-se a si mesmos e a seus pares. Podemos definir uma pessoa surda como àquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem. (SÁ, 2006, p. 2, grifo nosso).

Para este grupo, o termo deficiente não é bem-aceito e o uso desta terminologia reforça a segregação e a exclusão que já perdura desde seus antepassados. Além disso, o termo pode ser associado ao fato de que muitas pessoas com deficiência sofriam torturas, abandono e discriminação, por parte, principalmente, de sua própria família. Behares (2000) nos mostra que nos estudos sobre os surdos, é enfatizado a diferença, e não a deficiência, por que: “Cremos que é nela que se baseia a essência psicossocial da surdez: ele (o surdo) não é diferente

⁸ Documento não paginado.



unicamente porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais diferentes das dos ouvintes” (BEHARES, 2000, p. 2).

Desta forma, pode-se dizer que a pessoa com surdez tem sua própria cultura, possui sua própria identidade, com seus valores, regras, comportamentos e tradições inerentes a elas. Além disso, por várias questões sociais e políticas, costumam criar comunidades onde vivem e compartilham juntos anseios e metas, além de se ajudarem nas suas lutas e na diminuição dos preconceitos que os cercam.

Dentre os avanços das pessoas com deficiência, a seguir, serão relatadas as políticas de inclusão dos estudantes com necessidades especiais no âmbito da UFRN.

4 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA UFRN

De acordo com a Resolução 193/2010 da Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Deficiência na UFRN em seu artigo 1º, entende-se por estudante com necessidade educacional especial aquele com: “I – deficiência nas áreas: auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; II – transtornos globais do desenvolvimento; III - Altas habilidades/superdotação; IV – transtornos específicos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010)⁹.

E, em seu artigo 2º, a mesma resolução determina:

Que os dirigentes das unidades acadêmicas deverão prover iniciativas que contemplem o princípio da inclusão social nas propostas curriculares de seus cursos presenciais e à distância, garantindo ações voltadas para o atendimento às demandas dos estudantes com necessidades educacionais especiais. § 2º A inclusão mencionada no caput deste artigo refere-se às responsabilidades concernentes dos estudantes com necessidades educacionais especiais, como: I – recursos didático-pedagógicos adequados; II – acesso às dependências das unidades acadêmicas; III – pessoal docente e técnico especializado; IV – serviços de apoio

⁹ Documento não paginado



especializados; V – oferta de capacitação que possa contribuir para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem (*Ibidem*).

Este documento formal tem a missão de instituir a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para fim de sua aplicação. No entanto, é a Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), a responsável pela institucionalização da Política de Inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e afiança o direito da pessoa com deficiência à educação superior na UFRN. Esta Comissão atua sob demanda de solicitação espontânea do aluno com NEE, em seguida, a solicitação é enviada à coordenação do curso do aluno para identificação e formalização de acompanhamento e triagem com o intuito de investigar mais sobre sua realidade, bem como suas necessidades efetivas.

A seguir, será discorrido sobre a acessibilidade à informação da BCZM para o atendimento ao NEE, focando no público surdo.

4.1 Acessibilidade à informação ao estudante com surdez da ufrn e a gestão de coleções acessíveis da BCZM

De acordo com dados fornecidos pela CAENE, existem, atualmente na UFRN, 395 alunos com deficiência, e desse total, 15 correspondem a alunos com surdez. Para complementar este quantitativo de pessoas com surdez na UFRN, em visita ao departamento de Letras, foi informado que atualmente existem 05 professores com surdez no curso de graduação Letras/LIBRAS – Departamento de Letras do [Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes](#) (CCHLA) e 01 professor surdo no Curso de Letras - Departamento de Letras (DLC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) no Campus de Currais Novos.

Diante do quantitativo apresentado e da presença do curso de Letras/ LIBRAS, que visa a formar professores para atuarem no ensino de Língua Brasileira de Sinais e de Língua Portuguesa para surdos, é de suma importância que o SISBI e a

CAENE disponibilizem acervo informacional acessível que atenda às reais necessidades informacionais dos alunos e professores com surdez da UFRN, auxiliando-os no desenvolvimento social, científico e acadêmico.

Nesse sentido, Miranda enfatiza o papel das bibliotecas no contexto da formação do ser humano, “[...] uma vez que oferece aos seus usuários o acesso à informação que irá contribuir para a formação de um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres” (MIRANDA, 2015, p. 23). No entanto, as bibliotecas devem garantir um ambiente democrático e acessível a todos, contribuindo para o estabelecimento de produtos e serviços adequados as necessidades informacionais das pessoas com surdez, que também necessitam de informação para seu conhecimento.

Diante desse contexto das bibliotecas, será enfatizada sua abordagem no âmbito das universidades. Leitão nos traz uma definição da biblioteca nas Universidades, uma vez que, tem o papel de “[...] estimular, apoiar, fomentar e desenvolver o saber em seus múltiplos aspectos por meio de seus acervos e das relações que nela se estabelecem” (LEITÃO, 2005, p. 25). Ou seja, a biblioteca além de garantir material bibliográfico para os estudantes, deve também promover a Acessibilidade Universal, que visa facilitar a aquisição à informação por todas as pessoas.

Apesar de o termo acessibilidade ser tema de diversas áreas do conhecimento, nota-se que no âmbito das bibliotecas ainda existem limitações e necessitam de contribuições mais pontuais. Baseando-se nisso, Melo nos traz uma abordagem mais específica quanto às necessidades informacionais dos estudantes com surdez, uma vez que:

Em relação aos usuários com deficiência, as suas necessidades informacionais em linhas gerais não diferem das necessidades dos demais usuários, o que diferencia é o suporte físico da informação e o acesso a esta. Nesse contexto, a problemática está no acesso à informação e tipos de suporte que obedeçam ao conceito de desenho universal. (MELO, 2015, p. 33).

Vale salientar que, uma das atividades mais importantes de gestão nas bibliotecas é a formação e desenvolvimento de coleções, que nada mais é que a



seleção do material que irá compor o acervo da mesma. Miranda nos relata a relevância desta atividade:

A gestão da coleção é fator fundamental à plena consecução dos objetivos das bibliotecas. A formação, desenvolvimento e organização do acervo devem ser encarados como um processo permanente no qual as atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais devem permanecer em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários. (MIRANDA, 2007, p. 87).

Fica claro que a formação e desenvolvimento de coleções é um processo fundamental e de grande importância para as bibliotecas, principalmente, devido à explosão bibliográfica. Tal informação pode ser corroborada com as diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) (2010, p. 59) onde relata que “uma grande coleção não significa uma boa coleção, especialmente no novo mundo digital. A relevância da coleção para as necessidades da comunidade local é mais importante do que o seu tamanho”. É evidente que uma biblioteca com um grande acervo é fundamental, mas deve-se garantir, principalmente, que estes materiais sejam utilizados, que serão encontrados por seus usuários, e vice-versa.

Baseando-se nisso, o Manual Orientador de Fortalecimento de Bibliotecas Inclusivas e Acessíveis (2016) sugere que é imprescindível que se tenha acervos em diferentes formatos, em especial, nos formatos acessíveis. Este manual ainda define como seriam estes formatos de acervos: “[...] são aqueles que incluem livros e outros materiais com recursos de acessibilidade (livros em braille, em tinta e braille, audiolivros, livros digitais bilíngües Português/LIBRAS etc. Que possibilitam o acesso ao livro e à leitura para pessoas com deficiência” (BRASIL, 2016, p. 25).

O acervo acessível é a adaptação da informação registrada nos diferentes materiais da biblioteca para os formatos que sejam acessíveis aos usuários com NEE. Melo (2015) relata que a formação do acervo acessível só ocorre após o levantamento das necessidades informacionais dos usuários, o qual se pode iniciar o processo de (re)formulação do acervo para torná-lo acessível aos usuários com deficiência. Com isso, faz-se necessário que os bibliotecários tenham conhecimento



sobre possíveis formatos que possam ser utilizados para que ocorra a acessibilidade à informação para os usuários com surdez. Visto isso, pode-se contar também com a parceria das editoras, que no ato da compra podem disponibilizar o arquivo digital das obras, onde é possível converter para o formato acessível desenvolvido para cada deficiência. Inclusive, de acordo com o disposto na Lei n. 13.146/2015, que em seu Art. 68, afirma que:

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1o Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2o Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille. (BRASIL, 2015)¹⁰.

Diante do exposto, a BCZM tem a possibilidade de adequar sua Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções de acordo com o disposto das exigências legais, para que assim, possa oferecer um atendimento adequado para esta demanda de usuários existentes.

Para que isso ocorra, conta-se também com a CAENE, que segundo Ferreira, uma das suas missões é “propor ações através da consolidação de redes de apoio e serviço institucional que incidam na eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação na UFRN” (FERREIRA, 2016, p. 73). Em conformidade a isto, foi criado em 2011, o Laboratório de Acessibilidade (LA) localizado na BCZM. O LA tem o intuito de promover a inclusão informacional das pessoas com NEE com limitações e/ou dificuldades na leitura impressa, aliado aos

¹⁰ Documento não paginado.



equipamentos e recursos da Tecnologia Assistiva. Dentre suas atividades estão: digitalização de textos; produção de materiais em formatos acessíveis; empréstimo de tecnologias Assistivas; revisão Braille e Repositório de Informação Acessível (RIA). De acordo com Melo, Costa e Soares, Tecnologias Assistivas são: [...] recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiências. Procuram aumentar capacidades funcionais e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza. (MELO; COSTA; SOARES, 2008, *apud* ARAÚJO, 2017, p. 4).

Como uma das missões da BCZM é tornar a informação acessível ao usuário, foi criado em 2012, o Repositório de Informações Acessíveis (RIA) que tem o objetivo de reunir, integrar e disponibilizar os textos adaptados pelo LA. Em consulta ao site da BCZM, o RIA atualmente só tem acessibilidade ao estudante com deficiência visual. Pode-se constatar tal informação abaixo:

Seu principal objetivo é armazenar, preservar, divulgar e permitir acesso ao estudante com deficiência visual dos cursos de Graduação e Pós-Graduação ao material de estudo e pesquisa necessários à sua formação acadêmica. O material disponibilizado no RIA é destinado à pessoa com deficiência visual e representa uma tentativa de promoção à igualdade de condições no acesso ao conhecimento (BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE, [201-]).

Em resultante, é possível notar a inexistência de suporte informacional na biblioteca ao usuário surdo da UFRN. Uma vez que vai de encontro ao compromisso formal da Instituição em gerar acessibilidade à informação para todos os estudantes com NEE. Pode-se notar também, a não inclusão das pessoas com surdez nos objetivos do Laboratório de Acessibilidade, que é amparado pelo Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que determina a garantia da acessibilidade e utilização de serviços e atendimentos das pessoas portadoras de deficiência, ou com mobilidade reduzida. Quanto ao termo “portador”, recomenda-se a não utilização do termo, sendo aconselhado utilizar “Pessoa com Deficiência (PCD)”, sendo empregado para demonstrar a existência de alguma deficiência, sem indicar qual (BRASIL, 2004).

Retomando ao suporte informacional ao usuário surdo, concordasse com Miranda ao dizer que:

Ter materiais referentes à surdez e a deficiência auditiva é importante não apenas para os próprios usuários com essa deficiência, mas para que todos tenham acesso a informações que transmitam mais conhecimentos sobre essa temática contribuindo para mudanças no comportamento, nas ações das pessoas em geral em relação aos surdos e pessoas com deficiência auditiva (MIRANDA, 2015, p. 127).

As bibliotecas e os bibliotecários não podem mais se comportar como se as pessoas surdas não existissem, como se fossem invisíveis, principalmente, porque seus usuários estão cada vez mais conscientes de seus direitos a produtos e serviços com qualidade.

Miranda (2015, p. 61-63) relata que a IFLA preocupada com este público pouco assistido nas bibliotecas, elaborou um documento chamado “Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos”. Enfatiza ainda, que estas diretrizes foram idealizadas em 1988, durante um simpósio sobre serviços de bibliotecas para surdos que aconteceu na Austrália. As diretrizes servem para nortear as bibliotecas nas adaptações necessárias para que possam oferecer um atendimento adequado para as pessoas com surdez. Essas recomendações são divididas em 5 categorias: pessoal, comunicação, acervo, serviços e divulgação dos programas das bibliotecas.

Destaca ainda, que é de responsabilidades das bibliotecas “garantir que suas coleções e serviços sejam acessíveis aos surdos e que os surdos estejam cientes dos serviços que as bibliotecas podem lhes prover” (IFLA, 2000, p. 6, *apud* MIRANDA, 2015, p. 20). Vale ressaltar que a biblioteca e seus profissionais não precisam esperar essa demanda vir até a biblioteca para que se planejem, para que se inicie um projeto de acessibilidade, visto que, podem se antecipar iniciando uma gestão informacional para esse público, criando um fluxo que atenda às suas especificidades, fazendo uso das recomendações sugeridas pelas diretrizes da IFLA. Atualmente, o SISBI realiza o atendimento por demanda direcionada pela CAENE.

À frente, além de expor os resultados das observações realizadas sobre o atendimento ao estudante com surdez da UFRN na BCZM, serão apresentadas algumas recomendações como sugestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das investigações que embasaram esta pesquisa e considerando a eficácia da Política de Acessibilidade do SISBI em atender as necessidades informacionais dos estudantes surdos, os resultados demonstraram que o Sistema de Bibliotecas da UFRN: (a) atende, somente parcialmente, as necessidades desse grupo, e (b) não dispõe de pessoal habilitado em LIBRAS para facilitar a comunicação com os usuários surdos. Além disso, os resultados também apontaram a existência de um desejo por parte desses alunos de frequentar as bibliotecas do SISBI. Esta disposição, porém, só não se realiza em razão de barreiras comunicacionais e humanas que acabam por desmotivar o público surdo.

Como já mencionado, a BCZM possui um Laboratório de Acessibilidade destinado, a princípio, a atender todas as pessoas com deficiência. No entanto, este Laboratório se restringe atualmente a atender apenas o público com deficiência visual. Apesar de o Laboratório estar aberto às demandas das pessoas surdas, identifica-se também que os bibliotecários que lá atuam não têm habilidade em LIBRAS, mas que existe o anseio por aprender.

Além disso, verificamos que o local não dispõe de tecnologias específicas, como, por exemplo: o software Vlibras, que possui uma série de ferramentas para tradução de conteúdos de sites, áudio e textos para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Outra ferramenta é a WIKILIBRAS, que consiste em um sistema de correção e inclusão de novos sinais. Outro bastante utilizado é o Hand Talk, esse aplicativo transforma as imagens e textos em linguagens de sinais. Existe também o Prodeaf Móvel, onde seu principal objetivo é a comunicação entre as pessoas com necessidades especiais (OLIVEIRA, 2016). Estas ferramentas favorecem a autonomia das pessoas com deficiência auditiva na busca de informações.

A partir destas corroborações, conclui-se que a BCZM não atende aos anseios da comunidade surda da UFRN. E, como forma de aprimorar os serviços oferecidos pelo Laboratório de Acessibilidade e o Sistema de Bibliotecas da UFRN como um todo, foram produzidas algumas recomendações, baseadas no Manual

orientador para fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas, como também, recomendações da IFLA, e de autores referenciados no trabalho. Acredita-se que assim, possam ser minimizadas algumas das barreiras informacionais que impedem o acesso à informação aos usuários com surdez na BCZM.

São elas:

1. Realizar coletas de materiais informacionais digitais, como trabalhos de conclusão de cursos de outras universidades, artigos, publicações em revistas, nacionais e internacionais, que estejam relacionados especificamente à surdez, com a finalidade de criar um repositório sobre a temática;
2. Verificar se existe banco de dados com materiais acessíveis às pessoas com surdez, almejando possíveis parcerias;
3. Explicitar de forma mais objetiva e transparente a Política de Desenvolvimento de Coleções voltadas para as pessoas com NEE atendidas pelo LA;
4. Solicitar às editoras, na etapa de compra, arquivo digital compatível para que seja convertido pelas tecnologias assistivas e adaptado no formato acessível para o usuário com surdez;
5. Implantar e disponibilizar tecnologia assistiva para o usuário surdo, tais como tradutores automáticos da Língua Portuguesa para a LIBRAS;
6. Organizar visualmente as informações nas estantes e demais espaços da biblioteca, utilizando a datilologia ou imagens dos sinais em LIBRAS, de maneira que a escrita em Língua Portuguesa não seja a única forma de sinalização;
7. Disponibilizar cursos de capacitação em LIBRAS para bibliotecários, técnicos administrativos e demais profissionais do SISBI, visando uma melhoria da comunicação no atendimento ao usuário surdo da BCZM.
8. Divulgar os serviços oferecidos pela BCZM de forma que atraia os estudantes e docentes surdos para este ambiente informacional.

Todas estas recomendações e estratégias se coadunam com Aranha (2000) que nos afirma que os profissionais da informação não podem ser meros organizadores e controladores do acesso às estantes, mas sim, se adequarem às

necessidades informacionais de interesse dos seus clientes, cumprindo seu papel de intermediador entre o leitor e a informação. O bibliotecário tem que estar atento às necessidades de seus usuários, buscando se qualificar e ter uma postura em prol da inclusão das pessoas com deficiência, independente de qual seja, passando da simples tarefa de organizar a informação que se encontra dentro da biblioteca e se adaptar à comunidade usuária da instituição que nela está inserida. Deve também acompanhar os avanços das tecnologias, estando atento sobre novas soluções que estejam disponíveis que facilite o acesso à informação para as pessoas com surdez.

Desta forma, para que as bibliotecas universitárias em geral se tornem espaços realmente profícuos para as pessoas com deficiência auditiva, é imprescindível que sejam tomadas medidas que viabilizem seu acesso. Ademais, para que o aluno surdo possa usufruir igualmente de todos os serviços do SISBI, as adaptações sugeridas neste artigo, dentre outras, promovem a autonomia para a pessoa com surdez inserida na UFRN e que anseiam por fazer uso efetivo de suas bibliotecas.

Abstract: This study deals with the care of students with deafness in university libraries, especially in the Central Library Zila Mamede, member of the Library System of the Federal University of Rio Grande Norte. It also discusses the current legislation on Access to Information and Universal Accessibility in these environments, as well as presents the Inclusion and Accessibility Policy for students with disabilities at the Federal University of Rio Grande Norte. It discusses the policies and guidelines created and made available for libraries to adapt to the informational inclusion of deaf users in library environments. It uses as methodology, exploratory research. As an instrument for collecting information, observation technique and interviews with teachers of the course of Letters / LIBRAS and librarians of the Central Library Zila Mamede were applied. As a result, it is explained how the attendance for this public is performed in the Accessibility Laboratory of the Central Library Zila Mamede. It suggests recommendations, if adopted, may offer the deaf student equal access to library services, breaking down existing informational

and communication barriers, and ultimately prioritizing the creation of collections accessible to this audience.

Keywords: Accessibility. Deafness. Collection development. Accessible collection. University library.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Francisco. E- Service em Bibliotecas: geração de valor para pesquisadores por meio de cooperação indireta. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 4, v. 49, out/dez. 2000. p. 84-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a08.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ARAÚJO, A. K. DA S. O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 1, n. 2, p. 1-25, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11353/7996>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BEHARES, Luis Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo: dos enfoques clínicos aos culturais**. Santa Maria: UFSM, 2000.

BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE. **Repositório de informação acessível da UFRN – RIA. [201-]. Disponível em:** <http://www.sisbi.ufrn.br/bczm/pagina.php?a=ria#.Xe-l8pNKgdU>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. 2004. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas: **manual orientador**. São Paulo: Diferenças, 2016.

FERREIRA, Érika Luzia Lopes da Silva. **A Política de Inclusão de estudantes cegos na educação superior na UFRN: do acesso a permanência.** 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria Locatelli; BECKER, Alcione. Acessibilidade universal em instituições de ensino. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS, 4.; FÓRUM DESEMPENHO DAS EDIFICAÇÕES, 1., 2015, Rio Grande do Sul. **Anais [...].** 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/01176410490/Desktop/Acessibilidade%20Universal%20em%20Instituições%20de%20Ensino.pdf](file:///C:/Users/01176410490/Desktop/Acessibilidade%20Universal%20em%20Institui%20ções%20de%20Ensino.pdf). Acesso em: 01 dez. 2019.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. **Trabalhos em lingüística aplicada**, Campinas, v. 47, n. 1, p. 223 – 239, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/tla/v47n1/v47n1a12.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&t=destaques>. Acesso em: 04 ago. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Diretrizes da IFLA para biblioteca escolar.** 2010. Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**: grupos de foco. Rio de Janeiro: Intertexto; Interciência, 2005.

MELO, Érika Simony Fernandes de. **Formação de acervos acessíveis em bibliotecas universitárias**: o caso da Biblioteca Central Zila Mamede. *BiblioCanto*, Natal, v. 1, n. 1, p. 31-44, 2015.

MIRANDA, Ana Claudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_8d3e5e1ab3_0010629.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019.

MIRANDA, Silvânia Vieira de; STREIT, Rosalvo Ermes. O processo de gestão da informação em organizações públicas. *In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO*, 1., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/01176410490/Documents/BIBLIOCANTO/enadi309.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias**: o caso da UNIRIO. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao%20Sulamita%20Miranda.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: https://jornalistaslivres.org/wp-content/uploads/2017/02/DIREITO_CONSTITUCIONAL-1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

OLIVEIRA, Nazareth Ana Lúcia de. **As Tecnologias e a Educação de Alunos Surdos**. 2016. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/imprimir/15432>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 193/2010**, de 21 de setembro de 2010. Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010. Disponível em:
file:///C:/Users/Michele/Downloads/RESOLUO_N_193%20(2).pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.